Informativo FJP

Área Temática: Educação

v.1 n.1 18 de maio de 2020

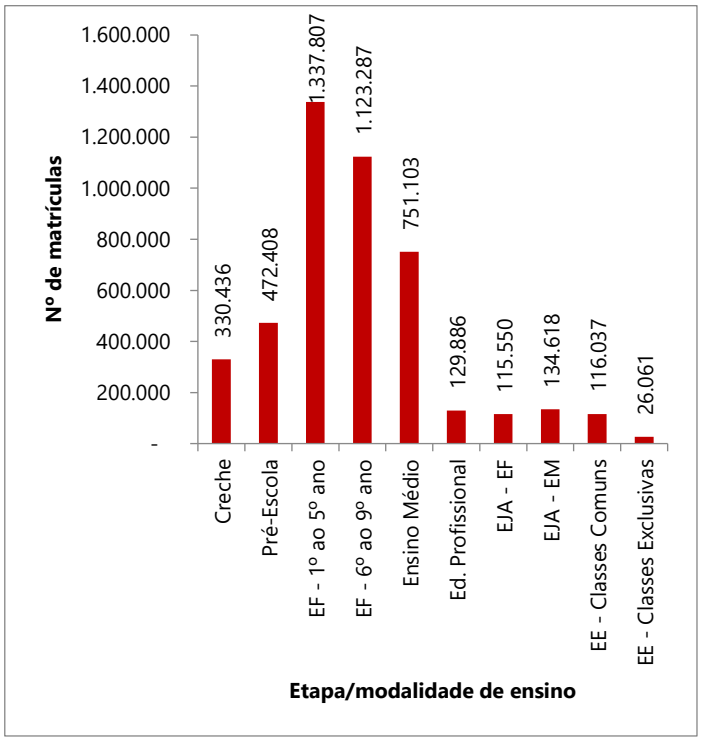
Conhecendo a educação básica de Minas Gerais em seis gráficos

Anualmente, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) coordena, em regime de colaboração com as secretárias estaduais e municipais, o Censo Escolar da educação básica, que reúne informações importantes sobre matrículas, estabelecimentos e docentes de todas as escolas do Brasil. Os dados coletados por este instrumento são importantes por fornecerem estatísticas educacionais que auxiliam a compreensão da situação educacional do País, estados, municípios e escolas. Com esses dados, este informativo fará uma caracterização da educação básica de Minas Gerais, considerando (i) informações sobre as matrículas da educação básica por etapa de ensino (Gráfico 1), (ii) rede de ensino (Gráfico 2), (iii) situação rural/urbana (Gráfico 3), (iv) tempo de permanência dos alunos na escola (Gráfico 4), (v) vínculo empregatício dos docentes (Gráfico 5) e (vi) proporção de professores com curso superior (Gráfico 6). Esses seis gráficos permitem construir um panorama geral da educação básica no estado de Minas Gerais.

1. Matrículas no ensino fundamental e o esforço de inclusão de alunos com deficiência

O Gráfico 1 apresenta o total de matrículas em todas as etapas e modalidades de ensino para Minas Gerais no ano de 2019. Observa-se que o ensino fundamental, tanto os anos iniciais quanto os finais, é o que concentra o maior número de matrículas da educação básica, totalizando 2.461.094 alunos. O ensino médio vem em seguida, com 751.103 matrículas. Interessante notar o número maior de matrículas na educação especial inclusiva (classes comuns) em relação à exclusiva (classes específicas para pessoas com deficiência). Enquanto a primeira possui 116.037 matrículas, a segunda tem 26.061. Tais números evidenciam o esforço em garantir o acesso aos alunos com necessidades educacionais especiais no sistema educacional inclusivo. Ressalta-se, porém, que no total de matrículas da educação especial, a porcentagem dos que estão em classes exclusivas é um pouco maior em Minas Gerais (18,3%) que o verificado no Brasil (12,8%).

Gráfico 1: Matrículas da educação básica por etapa/modalidade de Ensino - Minas Gerais, 2019



Fonte: INEP. Sinopse Estatística da Educação Básica 2019

Nota: EF: Ensino Fundamental; EJA: Educação de Jovens e Adultos; EE: Educação Especial.

2. A centralidade da escola pública na educação básica

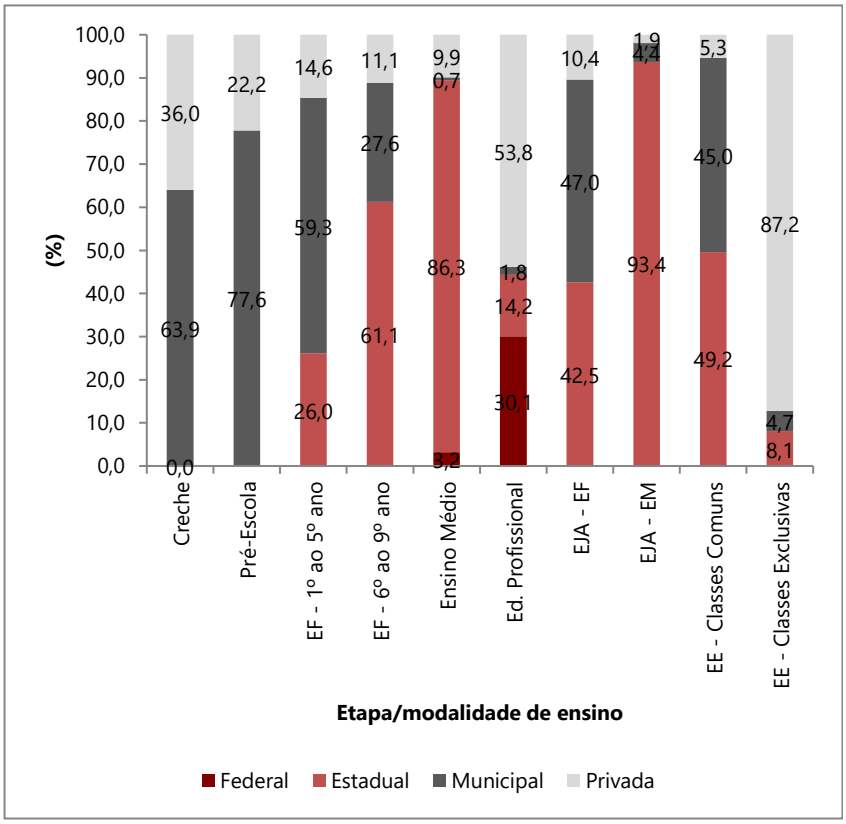
Com relação à participação de cada rede de ensino (dependência administrativa federal, estadual, municipal ou privada) nas etapas/modalidades da educação, verifica-se que o setor privado responde por 16% das matrículas da educação básica, enquanto 84% estão em escolas públicas das três esferas de governo. No Brasil, a porcentagem de matrículas públicas é um pouco menor (81%).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)[1] estabelece a organização dos sistemas de ensino, em que cabe aos estados assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que demandarem; aos municípios oferecer a educação infantil, em creches e pré-escola, e, com prioridade, o ensino fundamental; e à União, organizar o sistema federal de ensino dos territórios.

Grosso modo, a distribuição das matrículas por rede de ensino em Minas Gerais segue tal arranjo entre os entes federativos. Na educação infantil, creche e pré-escola, e nos anos iniciais do ensino fundamental, ocorre maior oferta da rede municipal. Já nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio, o estado tem maior participação, sendo bastante expressiva nesse último (86,3%). A participação da rede privada de ensino é maior na educação especial exclusiva (87,2%) e na educação profissional (53,8%). Também há uma participação expressiva da rede privada na oferta de creches (36%), porém parte dessas matrículas estão em instituições conveniadas com o poder público. Já a rede federal tem maior participação na educação profissional (30,1%)- vide Gráfico 2-A. Em comparação com o Brasil observa-se que, em Minas Gerais, há maior participação da rede estadual na educação básica (Gráfico 2-B).

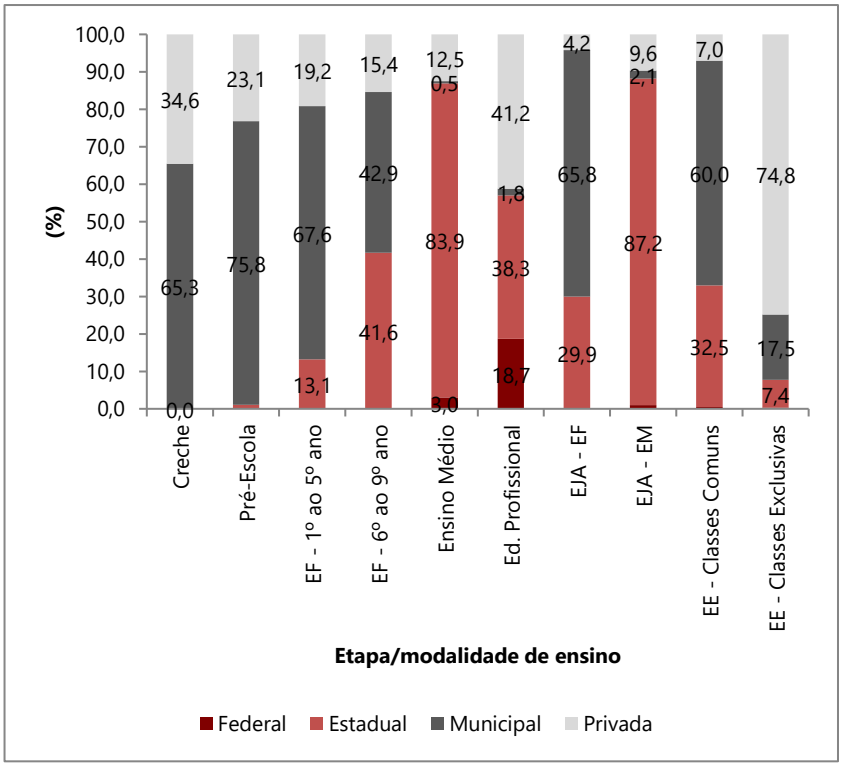
[1] Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Gráfico 2-A: Distribuição percentual das matrículas da educação básica por dependência administrativa segundo etapa/modalidade de Ensino- Minas Gerais, 2019 (%)



Fonte: INEP. Sinopse Estatística da Educação Básica 2019
Nota: EF: Ensino Fundamental; EJA: Educação de Jovens e Adultos; EE: Educação Especial.

Gráfico 2-B: Distribuição percentual das matrículas da educação básica por dependência administrativa segundo etapa/modalidade de Ensino- Brasil, 2019 (%)

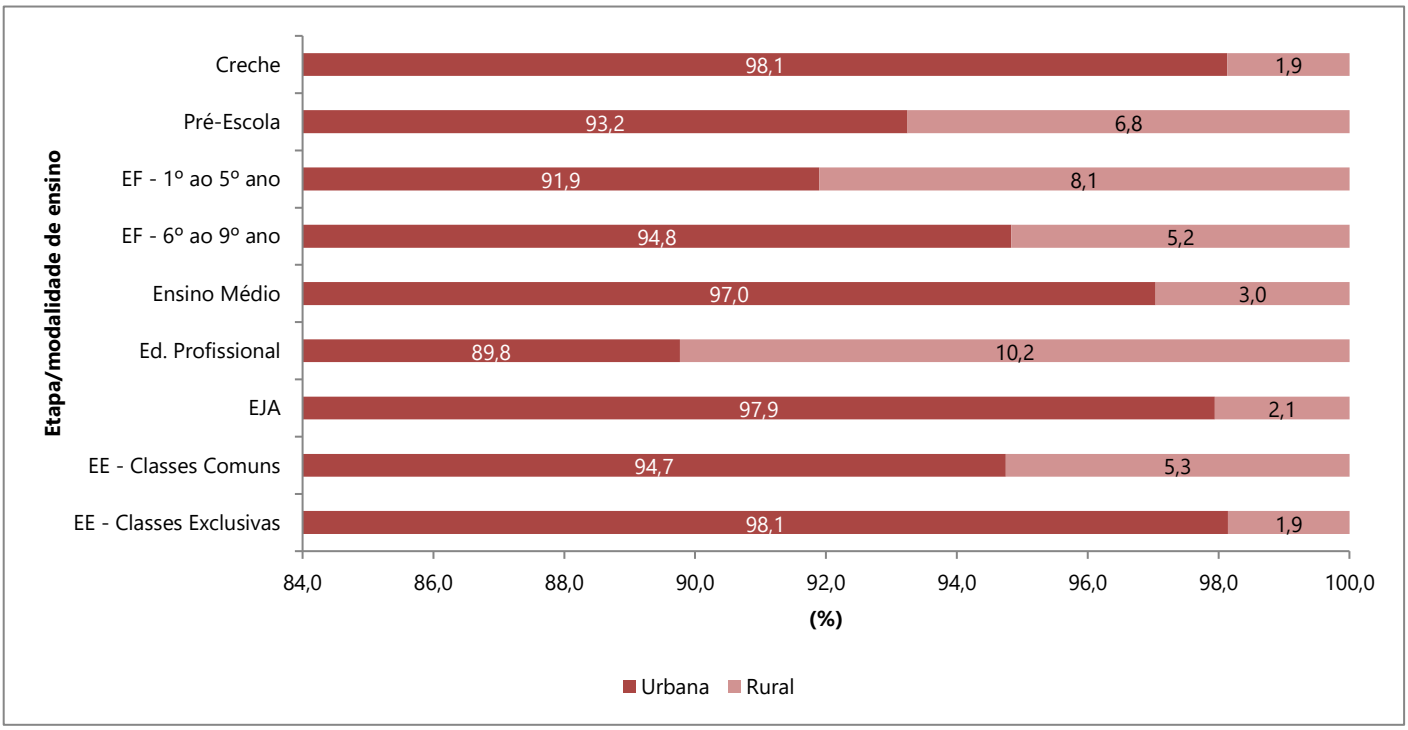


Fonte: INEP. Sinopse Estatística da Educação Básica 2019
Nota: EF: Ensino Fundamental; EJA: Educação de Jovens e Adultos; EE: Educação Especial.

3. A educação básica ainda se concentra nas áreas urbanas

As matrículas da educação básica em Minas Gerais estão, quase na sua totalidade, concentradas nas áreas urbanas (94,5%), porcentagem superior àquela encontrada no Brasil (88,9%). A distribuição rural/urbana por etapa/modalidade de ensino mostra alguns diferenciais (Gráfico 3). Nas creches, a baixa porcentagem de matrículas na área rural (1,9%) pode sugerir que, a despeito de problemas de oferta, questões de logística (transporte, ou longos deslocamentos a pé) e de demanda (possibilidade de poder de deixar o filho em casa até os 3 anos de idade) podem justificar parcialmente esse resultado. Já na educação profissional, 10,2% das matrículas estão nas áreas rurais, sendo 84% em estabelecimentos federais.

Gráfico 3: Distribuição percentual das matrículas da educação básica por localização segundo etapa/modalidade de ensino - Minas Gerais, 2019 (%)



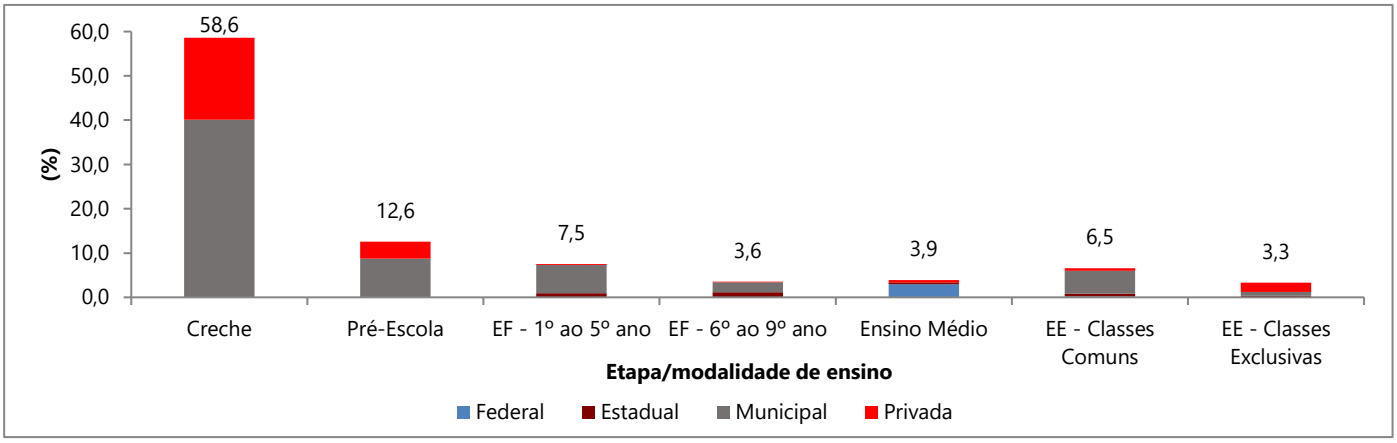
Fonte: INEP. Sinopse Estatística da Educação Básica 2019
Nota: EF: Ensino Fundamental; EJA: Educação de Jovens e Adultos; EE: Educação Especial.

4. Os estudantes mineiros ainda ficam pouco tempo na escola

A educação em tempo integral é uma das metas estipuladas pelo Plano Nacional de Educação (PNE), que prevê, na Meta 6, a oferta da educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da educação básica. Embora a educação integral seja muito mais que a ampliação da jornada escolar, contemplando também um projeto pedagógico diferenciado, o tempo de permanência dos alunos nas escolas é um indicador importante.

Em Minas Gerais, apenas 9,7% das matrículas públicas da educação básica são de tempo integral, percentual bem menor que o verificado para a média do Brasil, da ordem de 14,1%. O Gráfico 4 mostra a porcentagem de matrículas em tempo integral por etapa/modalidade de ensino e dependência administrativa. A maior parte das matrículas em tempo integral é em creche (58,6%). A pré-escola é a segunda etapa de ensino com maior porcentagem de matrículas em tempo integral (12,6%), seguida da primeira etapa do ensino fundamental (7,5%). Em todas as etapas/modalidades de ensino, com exceção do ensino médio e da educação especial exclusiva, a rede municipal é a maior ofertante do tempo integral. No ensino médio, os estabelecimentos federais são os que possuem maior oferta e, na educação especial exclusiva, a rede privada.

Gráfico 4: Porcentagem de matrículas em tempo integral por dependência administrativa segundo etapa/modalidade de Ensino - Minas Gerias, 2019 (%)

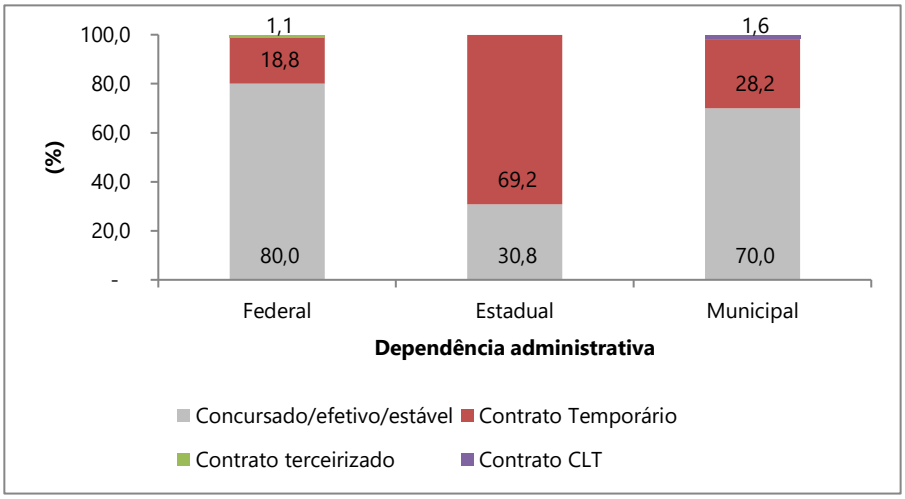


Fonte: INEP. Sinopse Estatística da Educação Básica 2019
Nota: EF: Ensino Fundamental; EJA: Educação de Jovens e Adultos; EE: Educação Especial. Consideram-se, em tempo integral, os alunos que estão em turmas presenciais com 7 ou mais horas de duração e os que estão em turmas presenciais com carga horária menor, mas que somada com o tempo de Atividade Complementar atinja as 7 horas ou mais.

5. Profissionalização e valorização dos docentes continuam sendo desafios

Uma questão importante para alcançar uma educação de qualidade é a valorização da carreira docente. Uma das formas de valorização, que está prevista na Constituição Federal de 1988 e na Meta 18 do PNE, é a garantia de planos de carreira para o magistério público e ingresso exclusivamente por concurso público. Além de ser estabelecido por Lei, professores sem vínculo efetivo podem gerar maior rotatividade nas escolas, prejudicando o desempenho escolar, já que diminui a integração e a colaboração da equipe escolar e o vínculo do professor com o aluno.

Gráfico 5: Distribuição percentual dos docentes da educação básica na rede pública por situação funcional, regime de contratação ou tipo de vínculo segundo dependência administrativa - Minas Gerais, 2019 (%)



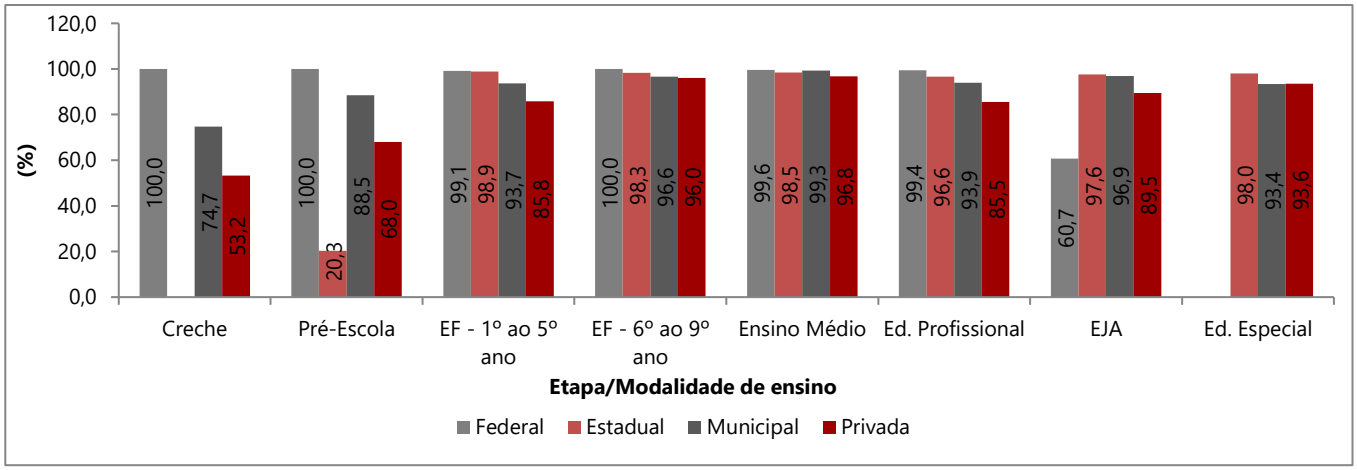
Fonte: INEP. Sinopse Estatística da Educação Básica 2019

O Gráfico 5 mostra o tipo de vínculo empregatício nas redes públicas de educação. Por um lado, nas redes federal e municipal, a maioria dos docentes é concursada/efetiva/estável, com percentuais de 80% e 70%, respectivamente. Por outro lado, na rede estadual, a porcentagem de docentes com contrato temporário é maior, da ordem de 69,2%, caracterizando-se por percentual significativamente mais elevado que o agregado das redes estaduais do país (39,6%).

O Gráfico 6 mostra a porcentagem de professores com curso superior para cada etapa/modalidade e rede de ensino. A LDB estabelece como formação mínima para atuar na educação básica o nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação. Porém, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental é admitido como formação mínima o nível médio na modalidade normal.

Observa-se pelo Gráfico 6 que a rede federal é a que possui maior porcentagem de professores com curso superior, com exceção da modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA). A rede privada é a que possui as mais baixas porcentagens de professores com curso superior, exceto para a pré-escola. Nesta etapa de ensino, a rede estadual é a que possui o menor percentual de professores com curso superior (20,3%), porém o número de matrículas estaduais na pré-escola é muito pequeno, 531 alunos, o que representa 0,1% do total de matrículas nesta etapa. No caso específico das creches da rede federal, via de regra, costumam funcionar dentro dos centros federativos e/ou nas universidades e, portanto, seu quadro técnico é composto por profissionais com nível superior.

Gráfico 6: Percentual de Funções Docentes com curso superior por etapa/modalidade de ensino segundo dependência administrativa – Minas Gerais, 2019



Fonte: INEP. Sinopse Estatística da Educação Básica 2019
Nota: EF: Ensino Fundamental; EJA: Educação de Jovens e Adultos.

Por fim, a descrição de dados selecionados do censo escolar da educação básica realizada neste informativo permitiu identificar alguns pontos importantes da educação básica do Estado. Entre eles, se destacam a necessidade de maior valorização da carreira docente, principalmente para os professores da rede estadual, de maior alcance da educação para as crianças e jovens que vivem em áreas rurais e de maior esforço para o aumento da educação em tempo integral.

Expediente

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Presidente
Helger Marra Lopes

Vice-presidente
Monica Moreira Esteves Bernardi

DIRETORIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS
Carolina Proietti Imura
Marcos Arcanjo de Assis

DIRETORIA DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES
Eleonora Cruz Santos
Renato Vale
Coordenação de Pesquisas em Políticas Públicas
Luís Felipe Zilli

Equipe Técnica
Juliana Lucena Ruas Riani
Cláudia Júlia Horta

Revisão
Bruno Lazzarotti Diniz Costa
Eleonora Cruz Santos
Marcos Arcanjo de Assis

Diagramação
Lívia Cristina Rosa Cruz

Arte Gráfica
Bárbara Andrade

Informações para imprensa

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Telefone: (31) 3448-9580 / 3448-9588
E-mail: comunicacao@fjp.mg.gov.br
Alameda das Acácias, 70, bairro São Luiz, Pampulha.
CEP: 31275-150, Belo Horizonte, Minas Gerais

Coordenação de Pesquisas em Políticas Públicas
felipe.zilli@fjp.mg.gov.br